

Compromissos diante da violência doméstica: olhar de universitários como cidadãos e futuros profissionais

Responsibilities in the face of intimate partner violence: the perspectives of college students as citizens and future professionals

Daniele Ferreira Acosta¹ , Priscila do Amaral Nunes¹ , Samanta Costa Calcagno¹ ,
Pamela Medina Conceição¹ 

RESUMO

Objetivo: analisar o conhecimento de universitários sobre os compromissos, profissionais e cidadãos, diante da violência doméstica contra a mulher. **Métodos:** pesquisa qualitativa realizada nas casas do estudante da Universidade Federal do Rio Grande, em Rio Grande/RS, no ano de 2019. Foram convidados, aleatoriamente, dois homens e duas mulheres de cada casa, totalizando 28 participantes. Todos responderam a entrevistas semiestruturadas e o *corpus* foi analisado segundo a Análise de Conteúdo. **Resultados:** enquanto alguns universitários não aproximavam a temática com seus cursos de graduação, outros a reconheciam como importante tema de debate e compromisso com a formação profissional. Como cidadãos, mencionaram o dever de debater o assunto entre amigos, denunciar casos de violência, oferecer apoio à mulher; embora apresentassem dúvidas sobre essa conduta. **Conclusão:** o reconhecimento dos compromissos frente à violência doméstica contra a mulher é uma das estratégias de enfrentamento.

Descritores: Violência Doméstica; Ensino; Universidades; Obrigações Morais; Responsabilidade Social.

ABSTRACT

Objective: to analyze the knowledge of college students regarding their responsibility, as future professionals and citizens, in the face of intimate partner violence. **Methods:** a qualitative study was conducted in the undergraduate residence halls at the Federal University of Rio Grande, Rio Grande, RS, Brazil, in 2019. Two men and two women from each residence hall were randomly invited, totaling 28 students. All the participants answered semi-structured interviews, and Content Analysis was used to interpret the *corpus*. **Results:** some students did not relate the topic to their undergraduate programs, but others recognized it was related to their professional field and as an important subject to be debated. As citizens, they considered being responsible for discussing it with their friends, reporting violence cases, and providing support to victims, though they had doubts about it. **Conclusion:** recognizing one's responsibilities in the face of intimate partner violence is one strategy to combat it.

Descriptors: Domestic Violence; Teaching; Universities; Moral Obligations; Social Responsibility.

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande (RS), Brasil. E-mails: nieleacosta@gmail.com, prikaenfermagem@hotmail.com, samantacalcagno@hotmail.com, paam_medina@hotmail.com.

Como citar este artigo: Acosta DF, Nunes PA, Calcagno SC, Conceição PM. Compromissos diante da violência doméstica: olhar de universitários como cidadãos e futuros profissionais. Rev. Eletr. Enferm. [Internet]. 2021 [acesso em: _____];23:66038. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v23.66038>.

Recebido em: 21/09/2020. Aceito em: 09/06/2021. Publicado em: 09/09/2021.

INTRODUÇÃO

Nunca foi tão evidenciada a importância de debater a violência doméstica contra a mulher em diferentes contextos, além do campo jurídico-policial. Com o isolamento no domicílio, em função da pandemia pela COVID-19, tem-se observado o aumento desse tipo de violência em nível mundial. Somada às dificuldades econômicas, ao desemprego, à vigília constante do agressor devido à quarentena; à diminuição do contato com a rede social⁽¹⁾, o cenário é de agravamento das discussões, culminando nas múltiplas faces da violência doméstica contra a mulher.

Na China, Itália, Espanha e França foi observado aumento na ocorrência de violência doméstica após a implementação da quarentena domiciliar obrigatória⁽²⁾. No Brasil os dados epidemiológicos também evidenciaram o aumento crescente desta forma de violência. Em abril de 2020, as denúncias ao 180 tiveram um aumento de 40%, comparado ao mesmo período de 2019. No Rio Grande do Sul foram 43 feminicídios consumados entre janeiro e maio de 2020⁽³⁾.

O aumento exponencial de violência não só prejudica a saúde e o bem-estar das pessoas vitimadas e dos familiares, mas também afeta a saúde e bem-estar futuros, pois o ciclo intergeracional não só faz crescer o número de mulheres expostas à violência, mas também de potenciais autores de violência doméstica no futuro⁽⁴⁾.

A violência doméstica contra a mulher é um problema histórico e cultural da sociedade. Tem-se perpetuado considerando a tolerância social diante do fenômeno, o machismo estruturante, a naturalização da vitimização e da agressão⁽⁵⁻⁶⁾; além da dificuldade em reconhecer que está sofrendo violência, por desconhecer os serviços ou por não desejar a denúncia do agressor, pela fragilidade do sistema jurídico-policial e da rede de apoio⁽⁷⁾.

Somado a isso, existem falhas, por parte dos profissionais, em manejar os casos de violência⁽⁷⁾, em exercer os compromissos éticos e legais⁽⁸⁾ diante do fenômeno, o que acaba afastando a mulher dos serviços e se perdendo um espaço importante para promover a prevenção e evitar a revitimização. Por parte do senso comum não é diferente. Pesquisa amostral com as mulheres brasileiras revelou que 81% das participantes não sabiam nada, ou pouquíssimo, sobre a Lei Maria da Penha, embora inúmeras já tivessem vivenciado ou relatado conhecer alguém em situação de violência⁽⁹⁾.

A Lei Maria da Penha, principal legislação protetiva da mulher, no Brasil, apregoa que cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos seus direitos, bem como aos profissionais especializados das áreas psicossocial, jurídica e da saúde⁽¹⁰⁾. Diante disso, é fundamental que toda e qualquer pessoa, independente de profissão e/ou com base na área de atuação, conheça a legislação, os dispositivos da rede de apoio, os números de telefone disponíveis para a denúncia,

os compromissos éticos e legais, a dinâmica e os fatores catalizadores da violência, em prol do seu enfrentamento. A ação rápida e efetiva pode salvar vidas, evitar a revitimização, prevenir que gerações futuras sofram com o impacto da violência.

Tais questões vislumbram a necessidade de fortalecer o debate sobre o tema em pauta em diferentes cenários, principalmente no campo de formação universitária. Algumas evidências mostram a defasagem de conhecimento sobre a violência doméstica contra a mulher na academia, em diferentes cursos da graduação, seja pela falta de debate, seja por não ser considerado um tema de interesse do curso⁽¹¹⁻¹²⁾. Pesquisa realizada com universitários revela conhecimento incipiente sobre a identificação e a conduta da violência doméstica contra a mulher, despreparo na identificação e no manejo deste agravo⁽¹²⁾. Em revisão integrativa que objetivou explorar o conhecimento de enfermeiras sobre VPI também foi evidenciada a lacuna na formação universitária do curso de enfermagem, fato esse que implica, na prática, em respostas ineficazes de prevenção e enfrentamento à violência doméstica⁽¹³⁾.

Contudo, é neste espaço que se encontra a possibilidade de transformar o pensamento social, ao encontro da equidade de gênero, reforçando os saberes sobre os compromissos que toda e qualquer pessoa possui como cidadão e preparando jovens universitários para uma atuação profissional efetiva, independente da área, diante de situações de violência doméstica.

O aumento, diário, dos casos de violência doméstica contra a mulher reforça a urgência de trazer o debate para as salas de aula de modo transversal, nos diferentes campos do saber, pois trata-se de um problema socioambiental e de saúde pública. Desta forma, destaca-se a universidade como aliada na instrumentalização dos universitários sobre o tema, fortalecendo o saber crítico, o senso de tomada de decisão e o compromisso em exercer a cidadania de forma ética.

Assim, tem-se como questão norteadora: Qual o conhecimento de universitários sobre os seus compromissos profissionais e cívicos frente à violência doméstica contra a mulher? Objetiva-se analisar o conhecimento de universitários sobre seus compromissos, como profissionais e cidadãos, diante da violência doméstica contra a mulher.

MÉTODOS

Pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória, realizada com universitários moradores da casa do estudante. Foi realizada nas sete casas do estudante da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no Município de Rio Grande/RS.

Para ter acesso aos participantes, primeiramente foi requisitada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis uma lista com o cadastro dos estudantes moradores das sete casas

universitárias no Município do Rio Grande/RS, contendo informações como nome, curso, casa e número do quarto. Desta forma, foram convidadas a participar do estudo quatro pessoas de cada casa, abordadas aleatoriamente, face a face, em seus respectivos quartos, sendo duas do sexo feminino e duas do sexo masculino, totalizando 28 informantes. Foram incluídos todos com idade igual ou maior a 18 anos. Foram excluídos aqueles que perderam o benefício de moradia na casa do estudante durante a coleta de dados.

A coleta de dados se realizou durante o ano de 2019, após convite nas residências. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, considerada ferramenta fundamental para a identificação dos conhecimentos sobre o fenômeno. Com ela pretendeu-se apreender a percepção geral, pessoal e como futuro profissional acerca da violência doméstica contra a mulher. Para tanto, utilizou-se roteiro guiado com perguntas abertas, com as entrevistas ocorrendo em local da casa de livre circulação de pessoas ou no próprio quarto do estudante, de modo individual, durando em média 19 minutos. Todas foram gravadas, com a permissão dos participantes, para posterior transcrição.

A análise de conteúdo de Bardin⁽¹⁴⁾ foi utilizada para categorizar as informações. Na pré-análise o material foi explorado para a organização e o tratamento dos relatos. Posteriormente, foram realizados a codificação de temas e o agrupamento em núcleos semelhantes. Por fim, buscaram-se a interpretação e a dedução das informações, nas quais foram estabelecidas as categorias.

Esta pesquisa integra o macroprojeto intitulado “Representações sociais de universitários moradores da casa do estudante: violência nas relações afetivo-sexuais”, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FURG sob o Parecer Emenda nº 236/2019. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, com o intuito de garantir o anonimato, foram identificados pela inicial de Estudante seguida de números consecutivos de acordo com a ordem das entrevistas (E1, E2, E3...) e do uso da letra M para pessoas do sexo masculino e da letra F para pessoas do sexo feminino.

RESULTADOS

Ao classificar o curso de formação, foi evidenciado que cinco cursavam Letras Licenciatura; três, o curso de Sistemas de Informação. Na Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Direito e Artes Visuais obteve-se a participação de dois estudantes de cada curso. Os demais participantes se distribuíram nos cursos de Física, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Química Licenciatura, Administração, Engenharia Agroindustrial, Ciências Biológicas, Biblioteconomia, Enfermagem e Modelagem Computacional, Ciências Contábeis e Geografia, com um

estudante de cada. Esses cursos estão distribuídos nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra (25,0%), Ciências Biológicas (3,6%), Engenharias (25,0%), Ciências da Saúde (3,6%), Ciências Sociais Aplicadas (14,2%), Ciências Humanas (3,6%), Linguística, Letras e Artes (25,0%).

Ao verificar o perfil dos entrevistados, constatou-se que as idades variaram entre 18 e 38 anos. A maioria era da cor branca, segundo autodeclaração. A orientação sexual predominante, segundo cada estudante, foi de 17 heterossexuais, seguidos por sete bissexuais e quatro homossexuais. Em relação à situação conjugal, 15 relataram estar namorando no período do estudo. Dos participantes, 19 possuíam como principal fonte de renda a bolsa que recebiam da universidade, seguidos por oito que recebiam o apoio financeiro dos pais/familiares e apenas um com financiamento próprio.

A seguir, discorre-se sobre as duas categorias empíricas que emergiram da análise dos dados: (Des)Compromissos frente à violência doméstica contra a mulher, como profissional e (Des)Compromissos frente à violência doméstica contra a mulher, como cidadãos.

(Des)Compromissos frente à violência doméstica contra a mulher, como profissional

Esta categoria versa sobre o conhecimento dos universitários sobre os compromissos, como futuros profissionais, com a situação de violência doméstica contra a mulher. A opinião dos participantes ficou dividida entre não haver relação com o seu curso de graduação, delegando a responsabilidade de ações a outras áreas e, por outro lado, trazer a responsabilidade para si.

A seguir os relatos evidenciam a desvinculação do curso de formação profissional com o tema em pauta.

*Eu acho que sim [que tenho compromissos com o tema], mas eu acho que o meu curso é **das ciências computacionais** e acho que existe, basicamente, zero material sobre isso na minha área. Eu acho que deve existir muito pouca pesquisa e aplicações na área com esse viés, então não sei te dizer. (E21M)*

*Nunca teve essas discussões, justamente por ser um curso de exatas, **da química**, e talvez os próprios professores da universidade do meu instituto não priorizem... Acredito que, se fosse um aluno no curso, ele nem saberia dessas discussões, não priorizaria. (E7M)*

Outros reconheceram os compromissos no enfrentamento da violência doméstica, como futuros profissionais, mesmo sendo das áreas Exatas e Engenharia.

*Eu acredito que sim, que tenho compromissos, porque meu curso é **sistema de informação**, aí a gente pega esses dados*

e consegue transformar, colocar isso numa base de dados e analisar trazendo resultados que podem impactar, sim, na sociedade. (E1F).

Eu acho, completamente, acima de tudo, acima de uma graduação, que a gente faça o debate sobre este tema na universidade. A gente é ser humano e a gente precisa discutir sobre as problemáticas que existem, porque a gente está numa formação humana, não só numa formação profissional. Acho que, quando a pessoa entra numa universidade, ela sai totalmente diferente durante esse percurso, ela precisa ter uma reforma, uma formação mais ampla, além de ser um bom profissional, ser uma boa pessoa. (E7M) [Química]

Eu sou a única mulher na área da **mecânica**, não só a única mulher, mas eu me formei como única mulher no técnico de mecânica. Eu sei como é, é complicado ser respeitada, se você sorrir, você vai estar 'dando para o chefe'. Eu vejo como futura profissional agir; ver certos abusos e não ficar quieta, eu iria tentar me impor, eu iria ajudar a pessoa a tentar se desvencilhar, em como lidar com a situação. (E4F)

Houve ainda os que referiram possibilidades de ações após se formarem, considerando a relação do tema com o curso.

O meu compromisso na **arte**, a arte em si tem poder de causar empatia, dependendo do que você colocar, de você levar uma coisa que faz com que a pessoa reflita, se conecte com aquilo e reflita sobre. Então, eu acho que na arte a gente tem esse poder, essa forma de levar, de conectar, de levar o sentimento para as pessoas, eu acho que dessa forma consegue abordar o assunto. (E25F) [Artes Visuais]

Então, eu acho que mesmo **professora de português e literatura** tem como trabalhar esses assuntos, porque a literatura tem muito campo para isso, e mostrar que ninguém é posse de ninguém, não precisa ter ciúmes, não precisa ter agressão, o diálogo resolve muita coisa. Eu acho que trabalhar isso em sala de aula resolveria muita coisa. (E20F)

Com certeza, a **administração** é uma ciência social, e não é exata, ela está sempre mudando, então, é óbvio que em alguma etapa da minha vida eu vou presenciar isso, seja na minha empresa, algum funcionário vai assediado alguma funcionária, assediado outro, seja assédio moral, os outros assédios. Eu acho que alguma parte da minha vida, em algum momento eu vou passar, infelizmente, por isso, eu vou presenciar casos de violência, então, se todo mundo tivesse um pouco da consciência e tivesse informação, eu acho que poderia criar uma corrente e assim ajudar a diminuir esses casos de violência doméstica. (E10M)

Acho que a gente tem que fazer perguntas, tentar descobrir de alguma forma e fazer a pessoa se abrir, porque quem sofre violência deve sofrer muito psicologicamente, então, temos que ajudar essa pessoa a se abrir e contar o que está acontecendo com ela. (E16F) [Enfermagem]

(Des)Compromissos frente à violência doméstica contra a mulher, como cidadãos

Esta categoria apresenta o conhecimento dos compromissos sobre a violência doméstica contra a mulher, como cidadão. Os argumentos consideram a responsabilidade de debater o tema na sociedade, entre amigos, com o cunho educativo, e inclusive em casa. Discorrem sobre a atitude de denunciar o agressor para que o mesmo possa ter a devida punição e, por fim, o compromisso de prestar auxílio e apoio às mulheres em situação de violência.

Como cidadão, eu, como um ser social, o que eu tento fazer, na verdade, é repreender amigos e tentar compartilhar textos, tentar compartilhar opinião com eles, mostrar que, na realidade, uma atitude, uma fala ou uma colocação num círculo pode estar sendo machista, sendo homofóbico, que está sendo violência. Por mais que seja só uma piadinha, por mais que seja só um apelidinho, isso influencia, isso também faz mal. Então, a minha posição, na verdade, é que eu posso influenciar o meu círculo social, os amigos que eu tenho na volta. Falar: me explica isso, porque eu não entendi... No caso, você virar a conversa e a pessoa ficar até desconfortável, a pessoa ficar sem chão. (E3M)

Sim, eu acho que como cidadão eu posso contribuir conversando com as pessoas sobre isso e fazendo elas entenderem que numa simples frase pode existir a violência. Por exemplo, aquela coisa dos mais antigos de que mulher tem que ficar em casa cozinhando e o homem não, então, já tem ali uma questão de violência, porque eu acho que violentou o psicológico, porque as pessoas acham que mulher tem que lavar roupa e homem só chega em casa e lê jornal. E alertar que existe a questão do machismo, da opressão da vítima. Então, eu acho que como cidadão deve-se alertar, mostrar que isso é machismo, mas também pode virar uma violência. (E18M)

A denúncia do agressor também foi mencionada como uma responsabilidade da sociedade, embora surjam equívocos e dúvidas sobre a eficácia de tal ação.

Ter o compromisso de interferir, de ligar para polícia, se a pessoa for menor de idade. Ou ligar ao 180 para Maria da Penha ou a polícia. (E19F)

O compromisso da sociedade é, por exemplo: as pessoas falam que, se você tiver sofrendo uma agressão e eu entrar em

contato com a polícia, você [a vítima] não precisa denunciar. Eu como cidadã posso denunciar, você vai ter respaldo e ele [agressor] vai ser preso. Na verdade, se eu ligar, você [vítima], ainda assim, tem que fazer um BO [boletim de ocorrência], você tem que representar; não vai valer a minha ligação e deveria (...) então a sociedade tenta fazer, mas não é efetivo. (E27)

Denunciar. Acho que a única coisa que o cidadão pode fazer, acho que tem como tentar apartar, mas não deve ser uma orientação, nunca ouvi dizer que uma orientação é tentar apartar briga, só vi tomar como orientação denunciar. (E24M)

Alguns participantes citaram, ainda, a necessidade de prestar apoio às mulheres em situação de violência conversando sobre o tema, mostrando seus direitos, como pode ser observado nas falas.

O meu compromisso é orientar a vítima a buscar os direitos dela, não se calar durante uma violência, saber que ela tem que expor isso para não se deixar coagir pelo agressor, sei lá, se eu puder conversar, tentar apaziguar... (E10M)

Como cidadão eu acho que a gente sempre tem que dar apoio para a vítima e achar meios que essa, que o agressor ou agressora, tenha alguma consequência, não saia impune disso. (E13F)

Acho muito importante, o que a sociedade tem que fazer é não fechar os olhos e falar entre marido e mulher não se mete a colher. [...] Às vezes você não vai ajudar e acontece uma coisa pior, então, às vezes você chega: Oi tudo bem? O que está acontecendo? Tentar saber, mas não tomando partido, sempre tentando acalmar ambos os lados. (E6M)

DISCUSSÃO

Este estudo aponta evidências até então não encontradas na literatura científica, considerando que se trata de um olhar sobre a violência doméstica contra a mulher, não somente do ponto de vista de atuação profissional, mas também no que se refere ao pensamento de universitários, de áreas diversas, como cidadãos.

Os estudantes eram jovens, sendo a maioria de cor branca e heterossexual, seguido de bissexual. Uma população com baixa condição socioeconômica como característica comum, requisito para morar na casa do estudante, mas com diferentes masculinidades e feminilidades, rompendo barreiras que legitimam cursos definidos para homens e mulheres. Tal diversidade, de certo modo, repercute no fortalecimento

do debate sobre a violência doméstica contra a mulher por diferentes facetas.

Quanto aos compromissos profissionais, observou-se que parte dos universitários não relacionava a temática ao seu curso de formação, ou pouco sabiam sobre suas responsabilidades. Por um lado, os argumentos revelam que as áreas das Ciências Exatas e Engenharias não são capazes de abordar questões sociais. Por outro, evidencia-se a responsabilização dos professores por não abordarem o tema nessas áreas.

Há uma repetição equivocada, popular, e quem sabe impensada, de que não se discute gênero e afins em certas áreas. Isso foi observado na fala dos estudantes das Engenharias, Ciências Exatas e Ciências da Terra, ao criticarem a fragilidade do debate sobre a temática durante a graduação, o que pode dificultar a compreensão do fenômeno. Parte de tal pensamento se deve à cultura de que a violência doméstica é responsabilidade, apenas, do âmbito jurídico-policia e dos profissionais da área da saúde⁽¹¹⁾, todavia, nesses campos também se encontram diversas fragilidades e despreparo para trabalhar com a violência contra as mulheres^(7,13).

Estudo também divulga a falta de sensibilidade de docentes em incluírem a temática na formação universitária, mesmo sendo de interesse acadêmico⁽¹¹⁾. Tal evidência foi relatada por uma estudante de Geografia que peregrinou em busca de orientador no Trabalho de Conclusão de Curso, considerando que seu tema de interesse era compreender por que as mulheres vivenciam violência e continuam no relacionamento. Para ela estava clara a relação com o seu curso, visto que, na geografia, é conhecendo os espaços e as relações sociais que se compreende a realidade do fenômeno, porém ela ouviu de diversos professores e colegas que não era tema da área, além de ser menosprezada pela sua escolha⁽¹¹⁾.

Por outro lado, a desassociação da temática com certas áreas decorre do modelo tradicional da formação que visa apenas atender as demandas do mercado de trabalho, tornando o ensino tecnocrático e operacional⁽¹⁵⁾. A universidade, em sua legitimidade, é um campo formador para além do exercício profissional. Portanto, cabe aos docentes tecerem fios que viabilizem a educação moral dos estudantes, convidando-os a conhecerem e a se reconhecerem, se aperfeiçoarem e serem agentes de transformação⁽¹⁶⁾, pautado nos aspectos globais, econômicos, sociais, ambientais e culturais que impactam na vida das pessoas, independente da área de formação.

Não se quer forçar que a violência doméstica contra a mulher seja tema curricular dos cursos das Ciências Exatas e Engenharias, mas que seja problematizado de forma transversal na formação acadêmica, demonstrando o impacto desse agravo na sociedade. É com esse olhar ampliado que alguns universitários deste estudo reconheceram seus compromissos, diante da futura profissão, sugerindo uma inserção mais profunda do assunto na instituição que discorra

sobre as responsabilidades que podem e devem ser tomadas para prevenir e erradicar esse tipo de violência.

Nesse sentido, em uma universidade de ensino superior brasileira, localizada na cidade de Chapecó, em Santa Catarina, estudantes de graduação dos cursos de Ciência da Computação e Sistemas de Informação criaram, em seus trabalhos de conclusão de curso, quatro projetos para auxiliar as mulheres em situação de violência⁽¹⁷⁾. Os projetos incluem *website*, jogo educacional, o botão do pânico; o *chatbot*, que consiste em um robô que orienta as mulheres sobre os serviços de apoio. Os professores responsáveis por orientar os estudantes, juntamente com a prefeitura de Chapecó, acreditavam que o envolvimento da comunidade acadêmica com questões sociais é muito importante para o aprimoramento das competências profissionais e para a responsabilização com a sociedade⁽¹⁷⁾.

Tal reconhecimento também se justifica diante do machismo e do preconceito às meninas inseridas nesses cursos, tal como evidenciado na fala de uma entrevistada. Ela considerava importante a discussão sobre o tema em pauta durante a graduação, principalmente em espaços que são culturalmente atribuídos aos homens, pois geralmente elas são inferiorizadas nos ambientes tidos como não próprios ao sexo feminino.

Pesquisa realizada em uma universidade pública de São Paulo, com estudantes das Ciências Exatas e Tecnologia, da Educação e Ciências Humanas e das Ciências Biológicas e da Saúde, com o objetivo de mapear a violência de gênero e verificar a probabilidade de estudantes sofrerem tal agravo, evidenciou que as principais formas de violência presenciadas foram a psicológica – elencada como humilhação, insultos, ameaças e perseguição; comentários sexistas sobre a capacidade intelectual das mulheres e sobre a forma de se vestirem e/ou arrumarem os cabelos, e receber beijos e carícias sem consentimento. Ao observar onde ocorreram essas violências, o local mais recorrente foi nas repúblicas, seguidas de salas de aula e áreas abertas do *campus*⁽¹⁸⁾.

Além disso, a violência também está presente no próprio namoro de universitários⁽¹⁹⁻²⁰⁾, podendo configurar-se como violência doméstica, fato que exige planejamento de programas de prevenção e intervenção contra a violência dentro da própria universidade⁽¹⁹⁾. Desta forma, é mais do que evidente a necessidade de trazer o debate para a academia, considerando que se trata de um tema sobre equidade de gênero e que, portanto, repercute em diferentes cenários.

Já estudantes das Letras encontraram relação mais estreita com a abordagem do tema, relatando os compromissos que possuem no ensino escolar. Na prática, buscavam desmistificar os estereótipos de gênero e ultrapassar as resistências de debate sobre violência, gênero e sexualidade. Todavia, sabe-se que também sofrem o impacto da lacuna na formação pela dificuldade de inserção desses temas no ensino⁽²¹⁾. Como futuros educadores, mencionaram a preocupação em

promover a mudança da cultura que assegura a desigualdade de gênero.

Universitários da Ciências da Saúde, Artes e das Ciências Sociais Aplicadas também enxergavam os compromissos profissionais associados às especificidades do curso. Contudo, não houve um aprofundamento sobre as responsabilidades profissionais. Vários são os estudos que mostram a fragilidade da abordagem do tema, principalmente na área da saúde^(13,22), repercutindo no pouco conhecimento sobre a identificação e a conduta frente à violência doméstica contra a mulher, nos impasses comunicacionais e na falta da notificação compulsória^(7-8,13).

A enfermagem tem papel crucial no enfrentamento da violência doméstica, visto que acolhe as mulheres nas unidades básicas de saúde, convive 24 horas com aquelas que necessitam de internação hospitalar, além do papel educacional que exerce nos diferentes espaços de atuação. Desta forma, universitários dos cursos de graduação da área da saúde precisam ser instrumentalizados sobre a abordagem profissional, para identificarem e acolherem as mulheres nos serviços de saúde com competência e habilidade, cumprindo os compromissos éticos e legais que a profissão exige^(8,12).

Portanto, cabe à comunidade universitária ressignificar o ensino, contribuindo para uma formação que atenda às necessidades sociais, que compreenda a importância das múltiplas ações e saberes no enfrentamento das demandas populacionais⁽²¹⁾, tal como a violência doméstica contra a mulher.

Em relação aos compromissos como cidadão, acerca da violência doméstica contra a mulher, as evidências mostram uma abordagem mais ampla sobre o tema, o que inclui o debate sobre a equidade de gênero, o respeito ao próximo, o machismo, a homofobia. Os universitários, independente do curso de formação, acreditavam que cabe a cada indivíduo debater entre o círculo de amigos, repreendendo atitudes discriminatórias contra as mulheres. Além disso, mencionaram a necessidade de deslegitimar estereótipos de gênero, fomentando o debate sobre tais aspectos, pois também se configuram em violências.

Nesse sentido, existem várias iniciativas que visam dar visibilidade à violência contra as mulheres e chamar os cidadãos para selarem o compromisso no enfrentamento desse tipo de violência. Um deles é o movimento HeforShe, de âmbito mundial, nacional, estadual e municipal. Indicado pela ONU mulheres, consiste no convite aos homens, e demais pessoas, para se unirem em prol dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero. Universidades brasileiras, empresas públicas e privadas, artistas, clubes de futebol, entre outros, participam desta campanha, realizando projetos e debates que convocam a sociedade a pensar sobre temas como a violência contra a mulher, machismo, discriminação e preconceito.

A denúncia também foi evidenciada como uma atribuição civil que visa proteger a mulher e punir o autor da violência. Todavia, foram citadas várias dúvidas, equívocos e receios sobre tal responsabilidade, ao mencionarem que apenas a mulher pode registrar a queixa, que a denúncia como cidadão não é válida ou ainda que é preciso o aceite da mulher para que outra pessoa faça o registro policial. Outros estudos também divulgam percepções de profissionais e da comunidade que acabam impactando negativamente no enfrentamento da violência, tal como a culpabilização da mulher, a desvalorização e ineficiência das delegacias e da legislação, concepções de que a violência é assunto privado, reconhecimento de uma sociedade machista^(7,22)

De acordo com a literatura, a denúncia pode ser realizada por qualquer pessoa, de modo anônimo. Quanto à denúncia policial, nos casos de violência doméstica, é recomendada a ligação para o 190, para as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres ou ainda para a Patrulha Maria da Penha, de acordo com serviços de cada município⁽²³⁾, ou ainda pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, serviço de utilidade pública, gratuito e confidencial, que direciona as denúncias para a rede de apoio local. Tal conduta é extremamente relevante, tendo em vista que muitas vezes a mulher em situação de violência se isenta da denúncia por medo do agressor, permanecendo no relacionamento abusivo.

Cabe ressaltar que qualquer pessoa pode realizar a denúncia e, nos casos considerados graves para a mulher agredida, a representação pode ser incondicionada, ou seja, não depende da vontade da vítima. Nessas situações o Estado é quem acionará a ação pública contra o agressor⁽²³⁾. Diante disso, se observa que os casos de violência doméstica contra a mulher que viram processos no Poder Judiciário podem começar em diferentes canais como delegacias de polícia, disque-denúncia, promotorias e defensorias públicas, o que reforça o compromisso dos cidadãos.

Também inúmeras são as campanhas reforçando que a violência doméstica contra a mulher é um compromisso da sociedade. No Rio Grande do Sul circulam as campanhas intituladas Máscara Roxa e a X Vermelho, que visam ao acolhimento das mulheres em situação de violência, nas farmácias cadastradas. No cenário acadêmico, uma universidade de São Paulo lançou a campanha “a USP mete a colher na VD”, que ocorre nas moradias estudantis a fim de desvelar e orientar sobre a violência de gênero. Em outra universidade do extremo sul do Brasil, várias ações vêm sendo realizadas dentro do *campus*, alertando sobre as diferentes formas de violência, sobre os direitos sociais de mulheres e meninas e sobre a rede de apoio local.

Por fim, ainda foi destacada a necessidade de amparar a mulher em situação de violência oferecendo apoio, incentivando a revelação da vivência de violência, orientando quanto aos seus direitos. As mulheres precisam conhecer

a rede de apoio disponível e a legislação protetiva, pois o conhecimento e a informação sobre os recursos tendem a aumentar o número de denúncias^(7,24). A Lei Maria da Penha existe há mais de uma década e, mesmo que a população tenha ciência da sua existência, desconhece sobre os direitos que ela fornece às mulheres em situação de violência⁽⁹⁾.

O isolamento compulsório determinado pelo parceiro, a vergonha e o medo de expor o caso, a falta de condições financeiras para buscar um serviço, muitas vezes, impede que as mulheres procurem ajuda⁽²⁴⁻²⁵⁾. Desta forma, o apoio da rede formal, representada pelos serviços jurídico-policiais, de saúde e assistência social é fundamental, além da rede informal desenvolvida pelas relações com os vizinhos, amigos, familiares, espaços de socialização no bairro, tal como igrejas. É com base no acolhimento, na atenção dialógica e no suporte emocional que muitas mulheres conseguem romper o ciclo de violência, do contrário, podem se tornar mais reféns dos atos agressivos.

CONCLUSÃO

Como futuros profissionais, estudantes das Ciências Exatas e das Engenharias possuíam dificuldades em relacionar o tema ao curso de formação, justificando a falta de abordagem durante a graduação pelos docentes, bem como pela falta de material específico na **área**.

Outros mencionaram a necessidade de debater a violência no núcleo profissional, considerando que se trata de um problema da sociedade e, portanto, dessa **área**, portanto, a universidade deve assumir este papel em busca de uma formação humanística. As mulheres dessas áreas também eram mais sensíveis ao tema, ou por já terem vivenciado a violência ou por reconhecerem as vulnerabilidades a que estão sujeitas.

Estudantes dos cursos das Letras, da Saúde, das Ciências Sociais Aplicadas e das Artes reconheceram seus compromissos considerando a proximidade do tema com o curso, embora o conhecimento demonstrado fosse superficial.

Os compromissos como cidadãos, diante da violência doméstica, versaram sobre a necessidade de debater o tema entre os pares, coibindo atitudes machistas e discriminatórias contra as mulheres, desmistificando estereótipos de gênero que acabam culminando em violência. Além disso, os universitários mencionaram a denúncia dos casos de violência e o apoio à mulher vitimada.

Tais evidências sinalizam que os universitários, de modo geral, tinham uma compreensão sobre a responsabilização social que possuem diante do tema, seja como estudante, como futuro profissional ou como cidadão. Isso aponta para a possibilidade de transformação do pensamento, partindo da iniciativa da formação universitária. A enfermagem, como profissão que cuida e que educa, encontra terreno fértil para o

exercício do diálogo na universidade, tornando os estudantes, de diversas áreas do conhecimento, multiplicadores em busca de uma sociedade mais equitativa e humanística, no enfrentamento dessa forma de violência.

Como limitação, destaca-se que o estudo aborda a percepção de universitários de vários cursos, o que traz uma abordagem mais genérica do tema, sem aprofundar as especificidades sobre compromissos **éticos** e legais de cada **área**, fato esse que incentiva a realização de outros estudos abordando tais aspectos.

AGRADECIMENTOS

Bolsa concedida pela Programa de Desenvolvimento Estudantil – PDE – FURG - (Universidade Federal do Rio Grande).

REFERÊNCIAS

1. Marques ES, Moraes CL, Hasselmann MH, Deslandes SF, Reichenheim ME. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cad. Saúde Pública* [Internet]. 2020 [acesso em: 20 jul. 2021];36(4):e00074420. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00074420>.
2. Vieira PR., Garcia LP, Maciel ELN. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Rev. bras. epidemiol.* [Internet]. 2020 [acesso em: 20 jul. 2021];23:e200033. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>.
3. Secretaria da Segurança Pública. Indicadores da Violência contra a Mulher - Lei Maria da Penha [Internet]. Porto Alegre: SSP/RS; 2020. [atualizado em: 08 jul. 2021; acesso em: 12 jun. 2018; acesso em: 20 jul. 2021]. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>.
4. Roseboom TJ. Violence against women in the covid-19 pandemic: we need upstream approaches to break the intergenerational cycle. *BMJ* [Internet]. 2020 [acesso em: 20 jul. 2021];369:m2327. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.m2327>.
5. Lermem HS.; Cúnico SD. Análise dos comentários de notícias sobre violência contra as mulheres. *Estud. psicol. (Natal)* [Internet]. 2018 [acesso em: 20 jul. 2021];23(1):78-8. Disponível em: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20180009>.
6. Paixão GPN, Pereira A, Gomes NP, Sousa AR, Estrela FM, Silva Filho URP et al. Naturalization, reciprocity and marks of marital violence: male defendants' perceptions. *Rev. Bras. Enferm.* [Internet]. 2018 [acesso em: 20 jul. 2021];71(1):178-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0475>.
7. Arboit J, Padoin SMM, Paula CC. Critical path of women in situation of violence: an integrative literature review . *Rev. Bras. Enferm.* [Internet]. 2019 [acesso em: 20 jul. 2021];72(suppl. 3):321-32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0265>.
8. Acosta DF, Gomes VLO, Oliveira DC, Gomes GC, Fonseca AD. Aspectos éticos e legais no cuidado de enfermagem às vítimas de violência doméstica. *Texto contexto – enferm.* [Internet]. 2017 [acesso em: 20 jul. 2021];26(3):e6770015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017006770015>.
9. Instituto de Pesquisa DataSenado; Observatório da Mulher contra a Violência; Secretaria da Transparência. Violência doméstica e familiar contra a mulher. *Pesquisa DataSenado* [Internet]. Brasília: Senado Federal; 2017 [acesso em: 20 jul. 2021]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>.
10. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 [Internet]. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 08 ago. 2006 [acesso em: 20 jul. 2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.
11. Nunes MT. Os percalços enfrentados por uma graduanda em geografia para desenvolver seu trabalho de conclusão de curso abordando questões de gênero. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero* [Internet]. 2019 [acesso em: 20 jul. 2021]; 10(2): 305-319. Disponível em: Available from: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.10.i2.0018>.
12. Simões AV, Machado JC, Soares IGB, Rodrigues VP, Pires VMMM, Penna LHG. Identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher sob a ótica dos estudantes universitários. *Identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher sob a ótica dos estudantes universitários. Enfermería Actual de Costa Rica* [Internet]. 2019 [acesso em: 20 jul. 2021];(37):95-109. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682019000200095.

13. Alshammari KF, McGarry J, Higginbottom GMA. Nurse education and understanding related to domestic violence and abuse against women: an integrative review of the literature. *Nurs Open* [Internet]. 2018 [acesso em: 20 jul. 2021];5(3):237-53. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/nop2.133>.
14. Bardin L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2011.
15. Silva LL. Políticas de formação de professores(as) universitários(as) em São Paulo e Catalunha: tendências e desafios. *Educ. Pesqui.* [Internet]. 2017 [acesso em: 20 jul. 2021];43(1):113-26. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201701158662>.
16. Finkler M. Formação profissional e/ou educação universitária: de onde viemos, para onde vamos? *Interface* [Internet]. 2017 [acesso em: 20 jul. 2021]; 21(61): 465-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0753>.
17. Dornelles AP. Estudantes desenvolvem soluções de combate à violência contra a mulher. *Unochapecó* [Internet]. Chapecó: Unochapecó; 14 ago. 2018 [acesso em: 20 jul. 2021]. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/estudantes-desenvolvem-solucoes-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher>.
18. Montrone AVG, Fabbro MRC, Dias TCM, Fusari LM, Moreira DB. Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. *Revista Gênero* [Internet]. 2020 [acesso em: 20 jul. 2021];21(1):6-23. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46596>.
19. Yilmaz FA, Taplak AS. Relationship between self-esteem, perception of gender and attitudes towards dating violence among university students. *Perspect Psychiatr Care* [Internet]. 2021 [acesso em: 20 jul. 2021];57(2):911-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ppc.12634>.
20. Kelmendi K, Baumgartner F. Exploring Violence Socialization and Approval of Intimate Partner Violence Among University Students in Kosovo. *J Interpers Violence* [Internet]. 2020 [acesso em: 20 jul. 2021];35(5-6):1081-107. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260517692336>.
21. Torrada L, Ribeiro PRC, Rizza JL. Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. *Contexto & Educação* [Internet]. 2020 [acesso em: 20 jul. 2021];35(111): 46-63. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2020.111.46-63>.
22. Aguiar FAR, Silva RM, Bezerra IC, Vieira LJES, Calvancati LF, Ferreira Júnior AR. Vocational training and sexual assault against women: challenges for graduation in nursing. *Esc. Anna Nery* [Internet]. 2019 [acesso em: 20 jul. 2021];24(1):e20190135. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0135>.
23. Carneiro AA, Fraga CK. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. *Serv. Soc. Soc.* [Internet]. 2012 [acesso em: 20 jul. 2021];(110):369-97. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200008>.
24. Guruge S, Zanchetta MS, Roche B, Lucchese SP. Novas vidas, novos desafios: acesso a serviços de violência por parceiro íntimo para mulheres imigrantes de língua portuguesa *Rev. Eletr. Enferm.* [Internet]. 2019 [acesso em: 20 jul. 2021];21:55653. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v21.55653>.
25. Albuquerque Netto L, Moura MAV, Queiroz ABA, Leite MFC, Silva GF. Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. *Esc. Anna Nery* [Internet]. 2017 [acesso em: 20 jul. 2021];21(1):e20170007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/vmFS8554cXpP3NQKNyTkPPb/abstract/?lang=pt>.

